

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
POLÍTICAS LGBT – CONLGBT, GESTÃO 2023-2025.**

Ocorrido no dia sete de abril de dois mil e vinte e cinco, presencialmente na Estação da Cidadania, situada na Av. Ana Costa, 340 – Campo Grande, Santos – SP, com primeira chamada feita as 19h:00, não havendo quórum e segunda chamada as 19h:30, havendo quórum presente, a reunião se iniciou as 19h13. Justificou ausência por meio de e-mail o Sr. Carlos Dimitri. **Item 1. Abertura:** Sr. Wellington dá boa noite a todas as pessoas e em respeito as pessoas que chegaram no horário, deu-se início a assembleia às 19h13. Prossegue dizendo que o Sr. Léo fez uma observação para que os membros deste CONLGBT, tomasse ciência, que antes a primeira chamada era 19h e a segunda 19h30, com isso as pessoas conseguiam chegar há tempo, muitas veem direto do trabalho, mas por outro lado a reunião se estendia e por algumas vezes, por exceder o horário quase fomos expulsos deste espaço. Prossegue dizendo que tirou um mês de férias, na reunião passada foi a Manuela quem conduziu até porque o Marcos, 1º vice-presidente, tinha um compromisso na mesma data e horário. Mas oficialmente o Marcos ficou como o presidente do conselho respondendo pela parte oficial deste CONLGBT. Antes de iniciar de fato nas pautas, ele apresenta a Sra. Vereadora Renata Bravo, referência nas pautas de Direitos Humanos e será sempre a Secretária da Mulher, Cidadania, Diversidade e Direitos Humanos. Sr. Wellington passa a palavra a nobre vereadora dizendo que a nossa casa é também a casa dela. Sra. Renata Bravo se apresenta aqueles que não a conhecem, diz que é o primeiro Conselho que ela está visitando nesta nova posição de Vereadora e que se sentia na obrigação de estar neste espaço por que ela participou desta construção, trabalho este executado a várias mãos e com a dedicação de muita gente. Ela sabe o quanto ainda se tem a fazer, e se sentia na obrigação de estar aqui, colocando o seu mandato à disposição das pautas que acharmos pertinentes. Muitos são os desafios e precisamos dar instrumento de transformação nas vidas das pessoas, ela sabe que neste conselho, existem ainda muitas dificuldades sociais, como preconceitos, como barreiras para serem vencidas e o poder público precisa estar caminhando junto, em sintonia com aquilo que todos aqui representam, principalmente vindo da sociedade civil. Ela finaliza agradecendo pela abertura, por poder estar entre todos aqui e reafirma, mais uma vez, que aquilo que for colaborar com o seu mandato, for colaborar com as ações aqui do conselho, podem contar com ela. **Item 2: Leitura e Aprovação das Atas das AGO's realizadas em fevereiro e março/2025;** Sr. Wellington pergunta as pessoas presentes se receberam as atas supracitadas, se há questões a retificar ou destaque. Todos disseram que não, com isso as atas foram aprovadas e posterior serão encaminhadas para publicação no portal da Casa dos Conselhos. **Item 3: Momento das Comissões;** Sr. Wellington passa a palavra para o Sr. Francis, Coordenador da Comissão de Estudos. Sr. Francis inicia dizendo que havia entendido que esse momento seria para as comissões se reunir aqui mesmo neste espaço, como aconteceu na AGO anterior. Sra. Taiane Miyake explica que isso aconteceu por que na AGO anterior, terminou cedo e aqueles que faziam parte da Comissão se dispuseram a participar. Sr. Wellington

42 complementa dizendo que este momento é para trazer que o grupo discutiu em reunião
43 separada e na maioria das vezes virtual. Sr. Francis comenta que a reunião pós AGO foi
44 muito produtiva, falou-se sobre a letra “T” e teve vários depoimentos, também foi
45 discutido qual formato será a biografia sobre a Taiane. Sr. Wellington pede aos
46 colaboradores do comitê de Comunicação que se atentem as datas alusivas LGBTQ+ e que
47 não fiquem só esperando o Sr. Marcos para fazer o card para publicação em rede social.
48 Sr. Marcos comunica que oficiou todas as secretarias e as instituições que compõem
49 Conselho para que comuniquem este CONLGBT quais ações cada secretaria ou
50 instituição tem voltadas para público LGBTQ+. Sra. Cláudia disse que está com ofício em
51 mãos e que irá se reunir com o coordenador especialista em currículos, será elaborado
52 também um google forms para encaminhar para as unidades escolares que abrange toda
53 baixada santista, a intenção é saber o que as escolas vem trabalhando, após o retorno
54 das unidades escolares, estará respondendo a este CONLGBT. Sra. Manuela se coloca à
55 disposição para levar o projeto “OAB vai as escolas” para as unidades escolares
56 estaduais. Por conta das escolas estarem em período das provas paulistas, a formação
57 que havia sido solicitada irá ficar para outra ocasião em um novo cronograma, após a
58 repescagem e aproveitou para dizer também que a partir de 1º de abril assumiu a
59 supervisão da escola Primo Ferreira. Lá será primordial que os professores tenham
60 formação sobre letramento e cidadania LGBTQ+. Sr. Wellington dá a sugestão para a Sra.
61 Cláudia de trazer para as formações, os gremistas, por serem diferenciados. Sr.
62 Wellington aproveita a deixa para falar do projeto Câmara Jovem, no qual ele foi
63 protagonista junto ao falecido Célio Nori, na gestão do ex-vereador Sandoval, hoje este
64 projeto é referência para todo o Brasil e por acaso hoje aconteceu aqui nesta sala a
65 primeira formação dessa nova legislatura e quem acompanhou foi o Marcos que hoje
66 está Coordenador da Infância e Juventude. Para que todos entendam, foi debatido com
67 os vereadores, o vereador Cacá Teixeira era o presidente da casa na época, recepcionou
68 o projeto e encaminhou para a discussão na Câmara do Legislativo, porque a Câmara
69 Jovem não tem força igual o vereador. Para a nossa tristeza, vimos discursos muito
70 inflamados, levando para outra vertente. Tratava-se de um projeto de educação formada
71 na questão da sexualidade, e não estamos falando em sexualidade voltada para as
72 práticas sexuais. Os vereadores levantaram suas ideologias e vimos discursos muito
73 distorcidos, carregados de uma série de preconceitos misturados com religião e uma
74 série de outros fatores. Infelizmente o projeto não foi aprovado. Nós enquanto CONLGBT
75 também não recebemos nada a respeito e foi uma surpresa quando soube que havia
76 sido pautado. Outra surpresa foi que este projeto também não passou no CMDCA, no
77 Conselho da Juventude, nem na Secretaria de educação. Neste momento ele pede
78 desculpas a Sra. Vereadora Renata Bravo dizendo que o projeto já chegou enfraquecido.
79 Sra. Vereadora Renata Bravo responde que para ela também foi surpresa, ela acabou
80 tomando o conhecimento que estava pautado na noite anterior. E a fala do Sr.
81 Wellington, colabora também com os vereadores que estavam com o interesse em que
82 o projeto fosse aprovado, porque acabou sendo distorcido de uma tal maneira, que
83 acabou enfraquecendo inclusive a nossa fala, ficamos poucos, porque, volto naquilo que

84 eu falei, vivemos num tempo de tantos preconceitos, e de tantas informações erradas,
85 e que às vezes as pessoas distorcem a informação justamente para que não seja
86 aprovado aquilo que a gente deseja, que de fato é uma pauta importantíssima,
87 necessária, acabou sendo rejeitada. Sr. Wellington comenta que quando alguma pauta
88 faz interface com as nossas políticas públicas, somos consultados e isso não aconteceu.
89 Sra. Vereadora Renata Bravo prossegue dizendo que conversou com o Vereador Cacá,
90 que foi quem brilhantemente conduziu a pauta, e isso foi muito falado, que os
91 vereadores da casa prestassem atenção, porque se estava vindo de um aluno do Câmara
92 Jovem, que é um desejo da sociedade, e esse argumento foi muito falado, foi uma
93 discussão de quase uma hora e meia até que se passasse para próxima pauta. Ela acha
94 que vale a pena uma reflexão e a reapresentação do projeto com outro texto por que o
95 anterior já foi rejeitado, passando por outras instâncias, cada qual dando seu parecer. A
96 finalidade do projeto era somente que a Secretaria de Educação pudesse utilizar este
97 tema e dizer qual seria o procedimento para ser aplicado dentro da escola. Na própria
98 sessão foi discutido do alto índice de meninas adolescentes de 10, 12 anos grávidas, e
99 isso é uma questão de saúde pública, crianças, meninas e meninos abusados
100 sexualmente segundo os dados da polícia comprovam que normalmente o abusador,
101 90% dos casos, ele está no círculo familiar. Então, não estamos falando absolutamente
102 nada de novo, mas nós estamos dizendo que pessoas precisam dar nossa ajuda. Sr. Léo
103 diz que caso essas meninas venham engravidar, quem é que vai defender o aborto? E aí
104 a gente entra num outro projeto que é proibição do debate do aborto. O pior é que
105 alguns vereadores deturparam todo o projeto e que o ocorrido com Arthur Riber veio à
106 tona. Sr. Rodrigo diz que na sua época de escola, ele teve educação sexual e não entende
107 o por que hoje não se fala sobre isso dentro das escolas, qual a dificuldade? Sra. Renata
108 Bravo responde que cada escola tem a sua autonomia e sua realidade, cada escola está
109 numa comunidade diferente. Esse projeto era mais para unificar todas as escolas e
110 garantir direitos. Sr. Rodrigo prossegue dizendo que se já existe uma legislação sobre
111 ensino sexual, por que uma nova lei? Sra. Renata diz que precisamos pensar no futuro,
112 nunca sabemos quem estará no poder e uma lei aprovada no município, garante que,
113 independente de quem esteja fazendo a gestão do município, isso é uma garantia, deixa
114 um legado para o município para que isso exista. Talvez hoje, por exemplo, a própria
115 Secretaria de Educação já tem programas com essa preocupação. E a própria secretária
116 fala muito disso. Hoje na Secretaria de Educação tem o Santos Jovem Doutor. O Santos
117 Jovem Doutor é um programa que cuida, que tem a temática da saúde voltada para a
118 educação. Ele já tem 10 anos e vem com um índice. Nos 10 anos de programa, todas as
119 adolescentes que passaram pelo programa, nenhuma delas engravidou. Por quê? Por
120 que elas não engravidaram? Porque elas tiveram informação, elas tiveram acesso, mas
121 nós estamos falando de um grupo e de um projeto. A gente precisa garantir que algumas
122 coisas sejam fixas no município, porque dali a alguns anos mudam-se as pessoas e tira
123 projetos que estão dando certo. Então, na verdade, não é criar nada novo, mas é garantir
124 que o direito seja executado. Sr. Rodrigo diz que: se hoje não existe ainda essa política,
125 dessa forma educacional, tem uma rodagem, mas não da forma, talvez, que se gostaria

126 que fosse feita. Por que não tentar, de uma forma indireta, a comissão, o conselho,
127 pressionar a prefeitura aos poucos? Eu sei que também há uma manhã lá, não é assim
128 que funciona, eu sei que não. Mas pressionar um pouco a prefeitura para que a
129 prefeitura mude a forma que aborda isso nas escolas, como se fosse um projeto piloto,
130 para que lá no futuro a gente consiga criar estatísticas do sucesso e dar como que isso é
131 aceito pelas famílias e pelas crianças, para depois levar esse projeto novamente com
132 uma base estatística mais profissional. Sra. Renata responde ao Sr. Rodrigo: eu acredito,
133 inclusive, que daquilo que eu conheço do Prefeito, daquilo que ele dá liberdade para a
134 gente atuar, isso já é um desejo e eu acho que ele não vai ter absolutamente nada contra.
135 Veja, o mesmo Prefeito que está hoje é o Prefeito que criou a Coordenadoria de Políticas
136 para a diversidade. Se ele tivesse alguma restrição, talvez a Coordenadoria não tivesse
137 sido criada. Esse projeto foi um movimento da Câmara Municipal de pegar um projeto
138 de lei que já existia dentro do projeto Câmara Jovem, porque era um projeto
139 desenvolvido por adolescentes e já trazia essa temática deles, para que isso tornasse lei
140 no município. Talvez ninguém imaginasse que ele tivesse uma rejeição como teve. Sr.
141 Wellington comenta que vamos supor que numa escola X tenha uma diretora que não
142 queira que isso seja abordado dentro da escola dela. Ela não vai trabalhar isso como uma
143 temática transversal. E ela não tem absolutamente nada que a obrigue a fazer desse
144 jeito. Por isso se faz necessário tornar lei. Temos uma legislação hoje no município, que
145 é a Lei 10.639, que diz que dentro dos currículos a gente tem que ter o estudo da
146 africanidade. Sobre a descolonização do Brasil, que foi um processo escravagista. E isso
147 ainda é um desafio. É uma lei que obriga que as escolas falem sobre a história da África
148 no nosso país. Isso não é uma prática. Então o projeto veio nessa intenção também. De
149 tornar que a educação em sexualidade seja um assunto que seja debatido para além
150 dessa questão que já é prática. Sra. Taiane Miyake relembra sobre uma lei do ex-vereador
151 banha que se proibia falar de prevenção e saúde sexual dentro das escolas e isso foi
152 seguido a risca. Sr. Wellington se comprometeu de colocar no grupo do whatsapp o link
153 da sessão da Câmara que foi discutido este projeto. Sra. Cláudia comenta que foi por isso
154 que ela optou por fazer o mapeamento. Se faz necessário fazer a cabeça do diretor, da
155 equipe, das pessoas que trabalham na secretaria, dos colaboradores da escola. Porque
156 essa mudança, essa quebra de paradigma tem que ser feita e é uma desconstrução. E
157 isso não é feito da noite para o dia. A impressão que dá é que não está sendo feito nada.
158 Mas tudo é feito o tempo todo. Fui por anos diretora da escola Barnabé, fiz infinitas
159 reuniões com pais que eram LGBTfóbicos, eu tinha professores trans também na unidade
160 e o quanto a gente tinha que desconstruir. Porque você tem toda uma carga religiosa, de
161 dogmas, de preconceitos. Então, a minha preocupação é muito com a cabeça do diretor.
162 A escola tem a cara da direção. Se ele é um diretor democrático, tem uma gestão
163 democrática participativa, a escola acaba sendo o espaço de diálogo constante. Antes de
164 passar para a Comissão jurídica, Sr. Wellington disse que seria interessante que o
165 conselho tivesse uma premiação anual para poder destacar as personalidades do nosso
166 município que fazem algo em prol, para, com a nossa comunidade. Com isso, o
167 coordenador trouxe uma proposta de texto que é o que a gente vai ler, que pode se

168 tornar uma resolução normativa. A segunda proposta foi algo que já foi pautado aqui na
169 reunião passada com a Sra. Manuela, que foi algumas pequenas alterações no regimento
170 interno. A última proposta, e que bom que temos a presença da Renata Bravo aqui, o
171 deputado estadual, Tenente Coimbra, da nossa região, encaminhou um projeto de lei
172 para a ALESP proibindo cotas para as pessoas trans, intersexo e pessoas não-binárias.
173 Este PL, foi criado justamente por que a Unicamp aprovou recentemente a criação de
174 cotas e o projeto deste senhor, vem totalmente contra tudo com o que nós acreditamos
175 que seja benéfico. Então, quem não conhece as histórias da cota, a cota não é para
176 sempre. A cota é um processo de reparação social para grupos desfavorecidos, grupos
177 que estão à margem da sociedade para que essas pessoas possam ter acesso à educação.
178 Hoje temos indicadores como o relatório da ANTRA que a Flávia socializou no grupo traz
179 indicadores principalmente de suicídio, de mortes violentas, que diz que a expectativa
180 de vida de pessoas trans e travestis é de 35 anos, a grande maioria não tem acesso ao
181 ensino básico. Que dirá o universitário. A cota existe justamente para dar o acesso e
182 quando a gente vê vitórias como a da UNIFESP, que aprovou cotas trans, população
183 indígena é uma vitória ter o acesso na universidade. Se faz necessário lutar para que
184 tenhamos cotas também nos concursos públicos, porque a cota é justamente para isso,
185 termos todas as pessoas em todos os lugares. Como eu estou no Conselho da Igualdade
186 Racial também, eu pego muito o exemplo de uma mulher negra que se aposentou na
187 prefeitura há pouco tempo atrás, que é a Diná, irmã de um dos nossos coordenadores.
188 Quando ela entrou na Prefeitura, isso em meados dos anos 70, as pessoas iam na sala
189 dela para saber quem era aquela mulher preta que passou no concurso. Naquela época
190 não tinha celular, o povo não fazia selfie, não tirava foto, mas as pessoas ficavam
191 abismadas. Como que uma mulher preta não cabe estar num setor fiscal? A cota vem
192 justamente para dar esses acessos. Hoje a gente já tem a cota no município, que são das
193 pessoas afrodescendentes. O Sr. Rafael Guilherme, coordenador do Comitê Jurídico
194 trouxe uma nota de repúdio para a gente apreciar. Eu acho que essa nota de repúdio,
195 vou dar algumas considerações no texto, mas que não seja só uma nota de repúdio para
196 publicar no diário oficial e ficar esquecida. A gente tem que fazer os encaminhamentos
197 devidos para a ALESP, para todos os deputados da nossa região, para a nossa Câmara de
198 Vereadores de Santos, fazer o posicionamento político do Conselho, porque esse espaço
199 aqui é político também. Sra. Renata Bravo pede para fazer uma consideração e diz que:
200 daquilo que eu tenho assistido e não é segredo, mas essa polarização não permite que
201 a discussão avance, porque as pessoas ficam defendendo os seus lados e não estão
202 pensando em quem precisa ser pensado. Acho importante o Conselho fazer essa nota,
203 mas importante também deixar claro que é um ato político e não um ato ideológico. Não
204 sei se dessa forma fica claro, mas porque a gente precisa fazer e a gente precisa defender
205 as pessoas, independente de quem são essas pessoas. Minha filha está morando em
206 Campinas e no dia que foi aprovado na Unicamp, ela me liga, perguntando se eu estava
207 acompanhando, porque para eles lá tinha sido um dia de muita agitação e tinha muita
208 gente comemorando esse ato. E aí no dia seguinte a gente lê alguns absurdos. Acho
209 importante essa manifestação, mas se faz necessário tentar ser livre de lado A ou lado

B, e ter o pensamento que pessoas estão precisando da nossa defesa. Sr. Wellington segue a pauta, com relação a honraria, ele irá fazer a leitura do texto da honraria e pede que as pessoas levantem suas mãos caso tenham destaques. Sr. Marcos, Sr. Laerte, Sr. Chico, Sra. Manuel, Sra. Flávia e Sr. Rodrigo, pedem destaque e fazem as suas considerações. Sr. Wellington dá o exemplo do Conselho da Comunidade Negra. Neste Conselho há três honrarias: medalha Dandara, medalha Quintino de Lacerda e o troféu zumbi dos Palmares. Cada conselheiro faz a indicação de até 3 nomes, apresentando currículos dos indicados, os próprios conselheiros votam, a favor ou contra. Antes de pensarmos nos nomes que irão ser contemplados com a medalha ou troféu, precisamos pensar também como irá se chamar esta honraria, tal votação poderia se dar através de enquete no stories do Instagram, uma sugestão. Foi sugerido fazer através de um formulário do google forms, mas também levantaram a hipótese de não ter adesão por ter que inserir endereço de e-mail. Sr. Wellington então resolve colocar em votação: Quem quer direto no Instagram, levanta a mão. Quem quer o meio de acesso ao formulário eletrônico? Ser via Instagram foi o voto vencido. Sra. Flávia faz o questionamento que não acha legal esta honraria ser dada a pessoa jurídica. Hoje a CODIVER tem o Selo Santos da Diversidade que já contempla o jurídico, assim como também não acha legal o Selo ser entregue a pessoa física. Sr. Marcos, Sr. Leonardo concordam com a Sra. Flávia que nada impede que esta honraria seja tanto medalha, entregue a pessoa física e troféu, entregue a pessoa jurídica. Foi sugerido entregar o troféu e a medalha num só evento, porém também foi levantado que daí teria que se fazer duas resoluções. Sr. Rodrigo acha um demérito aquele contemplado com troféu, com relação aquele contemplado com medalha. Sr. Wellington diz que a mesma resolução não irá significar que o evento vai acontecer no mesmo dia, ou seja, medalha e troféu ser entregue, mas é importante que seja a mesma resolução. Foi sugerido também que se crie categorias X, Y, Z e foi aceito pelos presentes. Foi acordado também que seja premiado uma empresa, três pessoas físicas e uma homenagem in memoriam, sendo que sobre ser homenagem foi colocado em votação. Sr. Wellington traz a sugestão de se criar uma comissão, tal honraria será contemplada na semana da diversidade. Sr. Marcos se comprometeu entregar esta resolução em arquivo PDF devidamente corrigido na próxima AGO. Dando continuidade, foi lida a moção, Sr. Wellington, Sra. Taiane Miyake, Sr. Marcos, Sr. Léo, Sr. Rodrigo, Sra. Flávia e Sr. Rafael fizeram as suas considerações e ressalvas quanto este documento. Sr. Wellington enfatiza que esta moção tem que ser o mais objetivo possível e após discussão, ficou decidido que após as correções, o documento será encaminhado para publicação em diário oficial, no portal dos Conselhos, na página oficial do CONLGBT, publicar uma nota no Instagram e encaminhar também para ALESP e Câmara Municipal de Vereadores. **Item 4: Eleição do(a) segundo(a) secretário(a);** Sr. Wellington explica aos presentes sobre a decisão do Sr. Laerte ter solicitado a sua saída da Executiva deste CONLGBT. Pede a ele que fale sobre, e o mesmo agradece pelo tempo que esteve fazendo parte da Executiva. Em seguida Sr. Wellington perguntou aos presentes quem da sociedade civil, tem o interesse de se candidatar ao cargo de 2º secretário, Sr. Rafael Guilherme, se candidatou e não



Conselho Municipal de Políticas LGBT
CONLGBT – Santos
Lei Nº 4.200 De 18/05/23 - Projeto de Lei Nº 187/ 2022

havendo mais ninguém, foi aclamado 2º secretário passando a fazer parte da diretoria executiva. **Item 5: Eleição dos delegados para a Conferência Estadual;** Sr. Wellington explicou aos presentes que foi encaminhado e-mail aos delegados para confirmação da presença. Também colocou os presentes a par sobre a Conferência Regional que será realizado no dia 15 de junho, das 10h até as 16h no SESC Santos, no mesmo dia que os jogos da diversidade realizado pela APOLGBT. O SESC vai oferecer café da manhã simples e o almoço cada pessoa custeia o seu. Sr. Wellington pede que as pessoas se envolvam e divulguem este encontro, pois se faz necessário ter no mínimo 50 pessoas na plenária. **Item 6: Assuntos Gerais;** Pela ordem Sr. Chico informou que no dia 18 de abril, a House Off DDD irá se apresentar na Vila do Teatro no centro de Santos com espetáculo 7 pecados, maiores informações pede que o procure. Sr. Leonardo informa que a APOLGBT abriu inscrição para artistas que tem o interesse de se apresentar na Parada do Orgulho LGBT no próximo dia 29 de junho. Sr. Wellington convida a todos para uma foto coletiva. A reunião foi encerrada com a presença dos integrantes que assinaram a lista anexa, tendo sido lavrada a presente ata, a qual vai assinada pelo Presidente Sr. Wellington Araújo, e pela 1ª. Secretária, Sra. Taiane Miyake A. C. Rocha.

WELLINGTON ARAÚJO

PRESIDENTE

TAIANE MIYAKE A. C. ROCHA

1ª SECRETÁRIA